

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/2.^a SL

Aos 3 dias do mês de abril de 2013, pelas 10:10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:30 Horas

Ordinária

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Distribuição e admissão de petições;
4. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
5. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:
 - COM(2013)95 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o Sistema de Entrada/Saída (EES) para registo dos dados das entradas e saídas dos nacionais de países terceiros aquando da passagem das fronteiras externas dos Estados-Membros da União Europeia [SWD(2013)47,SWD(2013)48,SWD(2013)49] - Relatora - Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP);
 - COM(2013)96 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 no que diz respeito à utilização do Sistema de Entrada/Saída (EES) e ao Programa de Viajantes Registados (RTP) - Relatora - Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP);
 - COM(2013)97 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o Programa de Viajantes Registados [SWD(2013)50, SWD(2013)5,SWD(2013)52] - Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD);
6. Ratificação das votações indiciárias da Proposta de Lei n.º 113/XII/2.^a (GOV) "Aprova o Código de Processo Civil";
7. Início da nova apreciação na generalidade, nos termos dos artigos 139.º e 146.º do Regimento da Assembleia da República, da Proposta de Lei n.º 115/XII/2.^a (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz, aprovada pela Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz; do Projeto de Lei n.º 333/XII/2.^a (PCP) - Estabelece a rede nacional, o regime de competência, a organização e o funcionamento dos julgados de paz e do Projeto de Lei n.º 334/XII/2.^a (BE) - Altera a Lei dos Julgados de Paz (primeira alteração à Lei nº 78/2001, de 13 de julho);
8. Relatório de participação do Senhor Deputado João Lobo, em representação da Comissão, na iniciativa Parliamentary Exchange & Dialogue, realizada em Antália, na Turquia, nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 2013;
9. Apreciação e votação das atas n.ºs 36 a 44 (correspondentes às reuniões da Comissão de 5 a 27 de março de 2013);
10. Outros assuntos.

11:00 Horas - Audição do Conselho Superior da Magistratura (no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 114/XII/2.^a (GOV) - "Aprova a Lei de Organização do Sistema Judiciário").

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/2.ª SL

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
135/XII/2.ª (GOV)	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, que aprovou o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia reforçando os requisitos da detenção e os regimes penal e contraordenacional	Deputado a indicar (PS) <i>Apreciação do parecer na CACDLG em 10-04-2013 (Plenário - 11-04-2013)</i>
136/XII/2.ª (GOV)	Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições	Deputado António Filipe (PCP) <i>Apreciação do parecer na CACDLG em 10-04-2013 (Plenário - 11-04-2013)</i>

PROJETO DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
382/XII/2.ª (PSD)	Quinta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade) - estende a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro.	Deputada Maria de Belém Roseira (PS) <i>Apreciação do parecer na CACDLG em 10-04-2013 (Provável agendamento para o Plenário de 11-04-2013)</i>

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

Título do Documento	Deputado Relator
RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO de 12.3.2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu [C(2013)1303]	Deputado Luís Pita Ameixa (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/2.ª SL

<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Preparação das eleições europeias de 2014: reforçar um processo eleitoral democrático e Eficaz [COM(2013)126].</p>	<p>Deputado Luís Pita Ameixa (PS)</p> <p><i>Apesar de não ter sido estabelecido prazo, a apreciação desta iniciativa é urgente (de acordo com informação da CAE)</i></p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre a aplicação do mecanismo financeiro Schengen (2004-2006) [COM(2013)115] – 2 volumes.</p>	<p>Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP)</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a proibição da experimentação em animais e a proibição da comercialização e a situação atual relativamente aos métodos alternativos no domínio dos cosméticos [COM(2013)67]. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto [SWD(2013)66] e Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2013)67]</p>	<p><i>Deliberado não escrutinar</i></p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão, em nome da União Europeia, do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional relativo ao fabrico e ao tráfico ilícitos de armas de fogo, suas partes, componentes e munições [COM(2013)154]</p>	<p>Deputado João Lobo (PSD)</p>

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi admitida por unanimidade, na ausência do PEV, a [Petição n.º 247/XII](#), da iniciativa de José Manuel Simões Tavares, que “*Solicita a alteração da Lei n.º 64/78, de 6 de outubro - Organizações fascistas*”, tendo sido nomeada sua Relatora a Senhora Deputada Maria Paula Cardoso (PSD).

O Senhor Presidente da Comissão recordou que, estando pendentes 8 petições na Comissão, o prazo para a apreciação de 4 delas havia sido ultrapassado, cumprindo pois aos respetivos Relatores apresentar à Comissão, com a máxima brevidade, os relatórios finais para conclusão da sua apreciação.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, passou-se ao quinto ponto da ordem de trabalhos, tendo a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP) apresentado os seus relatórios sobre a COM(2013)95 - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o Sistema de Entrada/Saída (EES) para registo dos dados das entradas e saídas dos nacionais de países terceiros*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/2.^a SL

aquando da passagem das fronteiras externas dos Estados-Membros da União Europeia [SWD(2013)47,SWD(2013)48,SWD(2013)49] e a COM(2013)96 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 no que diz respeito à utilização do Sistema de Entrada/Saída (EES) e ao Programa de Viajantes Registados (RTP), que foram aprovados com votos favoráveis do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE, na ausência do PEV.

A Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) apresentou também o seu relatório sobre a iniciativa europeia COM(2013)97 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o Programa de Viajantes Registados [SWD(2013)50, SWD(2013)5,SWD(2013)52], que foi aprovado com votos favoráveis do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE, na ausência do PEV.

Intervieram no debate que antecedeu a votação dos 3 relatórios os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), que explicou ter fundadas dúvidas políticas sobre a hiperprotecção do acervo Schengen e, em consequência, sobre as iniciativas em análise que se enquadram num pacote mais amplo - EUROSUR (Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras) -, sujeito a pouco controlo democrático e sem informação sobre os respetivos custos; Luís Pita Ameixa (PSD), que saudou as Relatoras pelo trabalho realizado e observando que, não obstante não se pretender uma Europa-fortaleza, mas uma Europa aberta a todos os povos o mundo, tal só é possível mediante a existência de regras e da comunitarização dessas matérias; e Teresa Anjinho (CDS/PP), que explicou que as iniciativas eram muito importantes porque visavam melhorar a qualidade do sistema Schengen, atenta a necessidade de uma política coerente e eficiente de imigração na União Europeia, com um justo equilíbrio entre os valores da segurança e da liberdade e com ressalva dos direitos fundamentais.

Tendo sido adiado, para a reunião seguinte, o 7.º ponto da ordem de trabalhos, foi feito o ponto da situação acerca das votações indiciárias da Proposta de Lei n.º 113/XII/2.^a (GOV) – “*Aprova o Código de Processo Civil*”.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/2.^a SL

O Senhor Coordenador do grupo de trabalho constituído para o efeito da preparação da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei, Deputado Hugo Velosa (PSD), explicou que o grupo fizera já um trabalho excelente, após o período de audições, com votações indiciárias extensas, que poderiam continuar em reuniões próximas, que propôs fossem realizadas nos subseqüentes dias 4 (após a sessão plenária), 5 (entre as 14h30 e as 18h) e 9 de abril (após a reunião das 15h da Comissão). Recordou que a PPL 113 e a PPL 114 tinham normas de entrada em vigor distintas, podendo as normas conexas entrar em vigor simultaneamente, mediante normas transitórias a introduzir no CPC.

O Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) felicitou o Coordenador pela condução dos trabalhos do grupo, que decorriam com a necessária celeridade, a qual deveria ser compaginada com o debate plural que a iniciativa exigia e tendo em vista que o início da vigência da Lei a aprovar seria diferido para 1 de setembro, caso fossem aprovadas propostas já apresentadas nesse sentido.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) saudou o esforço do Coordenador e lembrou que se tratava de processo legislativo de enorme complexidade e extensão, sendo necessária a fixação de um calendário e de uma data previsível de conclusão dos trabalhos.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) observou que as objeções suscitadas nas audições têm sido objeto de reflexão, pelo que a discussão de uma iniciativa de tal complexidade não pode ser cumprida sem a necessária ponderação. Lembrou que a iniciativa tinha estreita ligação com a PPL 114/XII, ficando as normas conexas pendentes de apreciação.

A Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP) considerou necessária a calendarização de toda a votação, com estabilização do número de reuniões e dos objetivos de votação para cada uma.

O Senhor Deputado João Lobo (PSD) apresentou então o relatório da sua participação, em representação da Comissão, na iniciativa *Parliamentary Exchange & Dialogue*, realizada em Antália, na Turquia, nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 2013, que foi subseqüentemente remetido à Senhora Presidente da AR, nos termos do n.º 4

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 45/XII/2.^a SL

do artigo 42.º do Regimento da Assembleia da República e para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR.

Por fim, foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, as atas n.ºs 36 a 44 (correspondentes às reuniões da Comissão de 5 a 27 de março de 2013).

Pelas 11:10 horas, teve início a audição do Conselho Superior da Magistratura (no âmbito da apreciação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 114/XII/2.^a \(GOV\) - "Aprova a Lei de Organização do Sistema Judiciário"](#)).

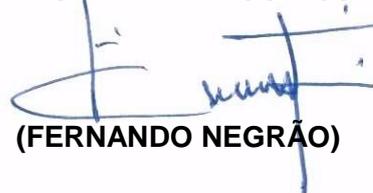
O Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura, Juiz Conselheiro Luís António Noronha do Nascimento, que vinha acompanhado pelos Vogais Juiz Desembargador José António Estelita de Mendonça, Dr. Vítor Manuel Pereira de Faria e os Juízes de Direito José Tomé de Carvalho e Rui Francisco Figueiredo Coelho, fez uma intervenção inicial acerca da iniciativa em análise.

Seguidamente intervieram, colocando questões e fazendo comentários, os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS), Hugo Velosa (PSD) e João Oliveira (PC) e as Senhoras Deputadas Teresa Anjinho (CDS/PP) e Cecília Honório (BE), às quais o Senhor Presidente do CSM e o Dr. Estelita de Mendonça responderam.

A reunião, que foi gravada em [vídeo](#) pelo Canal Parlamento, foi encerrada às 13:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de abril de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 08-05-2013



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 45/XII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
João Lobo
João Oliveira
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Ricardo Rodrigues
Teresa Anjinho
Maria de Belém Roseira
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Jorge Lacão
José Luís Ferreira
Paulo Simões Ribeiro
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: